

6RTD-RJ 10.05.2013
PROTOK.1290966

6ºRTD-RJ - 1290966
Emol 647,56/Distrib 15,52/Ler 111/06 32,50
N/A 10,86/FETJ 130,02/LEI 6281 25,00
Lei 4.664/05 32,50 / Tot Emol (R\$) 694,05
PARÁM Vias 6 / Nome(s) 3 / Pág 60
Proc Estr N / Averb N / Dig



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA, DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**

ENTRE

**CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.,
COMO EMISSORA,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO**

E

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC,
COMO FIADORA**

DATADA DE
9 DE MAIO DE 2013



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi, Blocos A1, B1 e B2, CEP 88034-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.336.783/0001-90, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**"); e
- (c) **CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55, neste ato representada na forma do seu contrato social ("**Fiadora**");

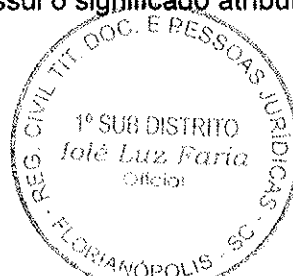
vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Celesc Distribuição S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

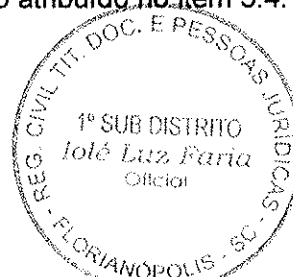
- 1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:
 - 1.1.1. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;
 - 1.1.2. "**Amortização**": possui o significado atribuído no item 5.7.1;



- 1.1.3. "ANBIMA": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.4. "Assembleia Geral de Debenturistas": possui o significado atribuído no item 10.1.1;
- 1.1.5. "Banco Liquidante de Emissão": possui o significado atribuído no item 11.2;
- 1.1.6. "CETIP": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.7. "CETIP 21": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.8. "Código de Processo Civil Brasileiro": possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.9. "Coordenador Líder": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.10. "Contrato de Distribuição": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.11. "Controle": ações de titularidade de acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto da sociedade;
- 1.1.12. "CVM": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.13. "Data de Emissão": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.14. "Data de Início da Amortização": possui o significado atribuído no item 5.7.1;
- 1.1.15. "Data de Integralização": possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.16. "Data de Pagamento da Remuneração": possui o significado atribuído no Anexo I;
- 1.1.17. "Data de Vencimento": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.18. "Debêntures": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.19. "Debêntures em Circulação": possui o significado atribuído no item 10.1.5;



- 1.1.20. **"Debenturistas"**: possui o significado atribuído no item 5.1.5;
- 1.1.21. **"Dia Útil"**: possui o significado atribuído no item 12.7.2;
- 1.1.22. **"Emissão"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.23. **"Emissora"**: possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.24. **"Escritura de Emissão"**: significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória, da Celesc Distribuição S.A.;
- 1.1.25. **"Escrutador Mandatário"**: possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.26. **"Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.27. **"Fiança"**: possui o significado atribuído no item 5.8.2;
- 1.1.28. **"IGP-M"**: Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 1.1.29. **"Instrução CVM 358"**: possui o significado atribuído na alínea (xxxi) do item 7.1.1;
- 1.1.30. **"Instrução CVM 476"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.31. **"Investidores Qualificados"**: possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.32. **"JUCESC"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.33. **"Lei das Sociedades por Ações"**: possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.34. **"MDA"**: possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.35. **"Notificação de Vencimento Antecipado"**: possui o significado atribuído no item 6.1.4;
- 1.1.36. **"Oferta Restrita"**: possui o significado atribuído no item 3.4.1;



- 1.1.37. "Parcela de Amortização": possui o significado atribuído no item 5.7.1;
- 1.1.38. "Período de Capitalização": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.39. "Remuneração": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.40. "RCA da Emissora": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.41. "RCA da Fiadora": possui o significado atribuído no item 2.2;
- 1.1.42. "Saldo na Data do Evento de Inadimplemento": possui o significado atribuído no item 6.1.4;
- 1.1.43. "Taxa DI": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.44. "Valor Nominal Unitário": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.45. "Valor Total da Emissão": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e
- 1.1.46. "Vencimento Antecipado": possui o significado atribuído no item 6.1.1.

CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO

- 2.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de abril de 2013 ("RCA da Emissora").
- 2.2. A constituição da Fiança (conforme definido abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão pela Fiadora são realizadas de acordo com a deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Fiadora realizada em 18 de abril de 2013 ("RCA da Fiadora")

CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com os seguintes requisitos:



3.2. Arquivamento e Publicação da Ata da RCA da Emissora

3.2.1. A ata da RCA da Emissora que deliberou sobre a Emissão foi devidamente:
(i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob nº 20131213202, sessão de 30 de abril de 2013; e (ii) publicada nos jornais Valor Econômico, Diário Catarinense e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no dia 3 de maio de 2013, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

3.3. Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos

3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESC, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos tempestivamente após o respectivo registro.

3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.4.2. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.5. Dispensa de Registro na ANBIMA

3.5.1. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

3.6. Registro para Distribuição e Negociação



3.6.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"); e (ii) negociação secundária no Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

3.7. Constituição da Garantia

3.7.1. No prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de obtenção do registro na JUCESC da presente Escritura de Emissão, a Emissora deverá efetuar, às suas expensas, o registro da Escritura de Emissão, seus anexos e eventuais aditamentos perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, entregando ao Agente Fiduciário uma via original do referido documento tempestivamente, após os respectivos registros.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; (ii) realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; (iii) planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; (iv) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; (v) cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica; e (vi) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infraestrutura de serviços públicos.



4.2. **Destinação dos Recursos da Emissão**

4.2.1. Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados pela Emissora exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Emissora.

4.3. **Número da Emissão**

4.3.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**") na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**"), nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão da Celesc Distribuição S.A.", celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("**Contrato de Distribuição**").

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder;



- (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.
- 4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário: não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.
- 5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures,



emitido pelo Escriturador Mandatário, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 15 de maio de 2013 ("**Data de Emissão**").

5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de maio de 2019 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, previstas no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida (conforme definido no item 5.6 abaixo).

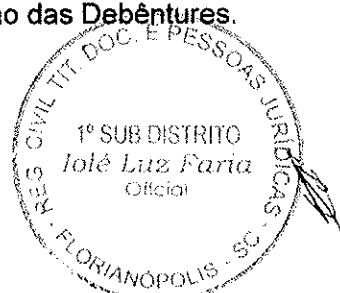
5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

5.2.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, por Investidores Qualificados, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.6 da presente Escritura de Emissão.

5.2.2. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("**Data de Integralização**"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição, conforme definido a seguir. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("**Preço de Subscrição**").

5.3. Direito de Preferência

5.3.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.



5.4. **Participação nos Lucros**

5.4.1. As Debêntures não farão jus a participação nos lucros da Emissora.

5.5. **Prêmio de Reembolso**

5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

5.6. **Remuneração das Debêntures**

5.6.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Integralização ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a Data de Vencimento, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.4 abaixo.

5.6.1.1. Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.6.2. A Remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão, nos dias 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 15 de novembro de 2013 e o último pagamento da Remuneração será devido na Data de Vencimento ou na Data de



Vencimento Antecipado, o que ocorrer primeiro, conforme descrito na tabela indicada no Anexo I à presente Escritura de Emissão.

5.6.3. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado monetariamente.

5.6.4. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos juros remuneratórios devido no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros" é composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}, \text{ onde:}$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" será de 1,3000

"DP" é o número de dias úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;



- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

5.6.6. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis ou em caso de extinção da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, utilizando, para tanto, a última Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, sem qualquer prêmio.

5.6.7. Farão jus aos pagamentos aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração ou data de pagamento de cada Parcela de Amortização, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

5.7. Amortização das Debêntures

5.7.1. O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado ("Amortização") em 3 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado



da Data de Emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 ("**Data de Início da Amortização**"), conforme descrito na tabela indicada no Anexo II à presente Escritura de Emissão (cada parcela da Amortização, "**Parcela de Amortização**").

5.8. **Garantia Fidejussória**

- 5.8.1. Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo delineados.
- 5.8.2. O pagamento das Debêntures é garantido por fiança prestada pela Fiadora, a qual se obriga solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil Brasileiro**"), e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil Brasileiro**"), inclusive encargos moratórios aplicáveis, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("**Fiança**").
- 5.8.3. Os valores devidos aos Debenturistas em decorrência da Fiança serão pagos pela Fiadora no prazo de até 72 (setenta e duas horas) contado do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na respectiva Data de Pagamento da Remuneração ou data de pagamento de cada Parcela de Amortização, ou de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos



de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

5.8.4. A Fiança é prestada pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.

5.8.5. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.

5.8.6. A Fiadora somente poderá exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

5.9. Condições de Pagamento

5.9.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

5.9.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora conforme: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo escriturador mandatário contratado para este fim.

5.9.1.2. Todo vencimento dos pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o Dia Útil subsequente.

5.9.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência da Remuneração, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1%



(um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 5.9.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

5.10. **Repactuação**

- 5.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.11. **Resgate Antecipado**

- 5.11.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a resgate antecipado total ou parcial.

5.12. **Aquisição Antecipada Facultativa**

- 5.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476/09, adquirir no mercado as Debêntures, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, Parágrafo Segundo, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração, nos termos desta Escritura de Emissão, assim como às Debêntures que ainda estiverem em circulação.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. **Vencimento Antecipado**



6.1.1. Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, desconsiderados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("**Evento de Inadimplemento**") e, permanecendo o inadimplemento após os respectivos prazos de cura, se aplicável, consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Integralização ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("**Vencimento Antecipado**"):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou pela Fiadora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (iii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da ocorrência ou do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento, enviada: (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro;
- (iv) não apresentação de balanços anuais auditados por empresa regularmente registrada na CVM até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício anterior;
- (v) inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado cruzado de quaisquer dívidas ou obrigações pecuniárias da Emissora ou da Fiadora ou de suas respectivas controladoras;
- (vi) protesto de títulos contra a Emissora ou contra a Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias



contados da ocorrência do evento, salvo se: (vi.a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso; (vi.b) for cancelado; ou (vi.c) forem prestadas pela Emissora ou pela Fiadora, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

- (vii) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou da Fiadora que resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora ou para a Fiadora, conforme o caso, em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão de pagamento, conforme aplicável;
- (viii) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e o pagamento de dividendos prioritários, fixos ou mínimos, a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;
- (ix) pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou juros sobre capital próprio acima de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado, até o 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão;
- (x) caso a relação "Dívida Líquida/EBITDA", contemplando os números da Emissora, da Fiadora e suas controladas, apurados anualmente a partir do exercício de 2014 e expressos nos relatórios de auditoria, seja superior a 2,0 (duas) vezes. Para os fins ora disposto: (a) "Dívida Líquida" significa o somatório do saldo contábil consolidado de empréstimos bancários, financiamentos bancários, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos relativos às operações anteriormente referidas, notas promissórias, títulos de dívida emitidos pela Emissora no mercado nacional e internacional de curto e longo prazo, subtraído dos valores contabilizados como



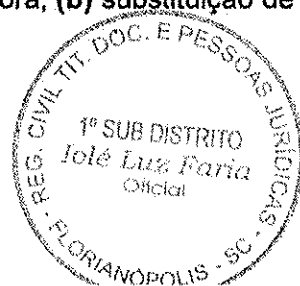
caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras; e (b) "EBITDA" significa o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional e da equivalência patrimonial;

- (xi) (xi.a) decretação de falência da Emissora ou da Fiadora; (xi.b) pedido de autofalência pela Emissora ou da Fiadora; (xi.c) pedido de falência da Emissora ou da Fiadora formulado por terceiros e não elidido ou contestado no prazo legal; (xi.d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou da Fiadora, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou (xi.e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Fiadora;
- (xii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente os ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou da Fiadora;
- (xiii) alteração ou modificação do objeto social da Emissora ou da Fiadora que modifique substancialmente as atividades por elas praticadas na presente data, e que venha afetar a capacidade financeira da Emissora ou da Fiadora, conforme o caso, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças da Emissora ou da Fiadora;
- (xvi) cisão, fusão, incorporação, inclusive de ações, ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ou a Fiadora, exceto: (a) se não ocorrer modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da Emissora e da Fiadora; e (b) se tais reorganizações societárias envolverem participações minoritárias da Emissora ou da



Fiadora em capital social de sociedades de propósito específico do setor de energia;

- (xvii) declaração de nulidade da Garantia Fidejussória prestada pela Fiadora, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xviii) ocorrência de alteração do Poder de Controle, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e no regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, direto ou indireto, da Emissora ou da Fiadora;
- (xix) destinação dos recursos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista no item 4.2.1;
- (xx) autuações por órgãos governamentais, de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, que: (a) resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (b) possam, caso não sejam atribuído um valor, ter ou resultar, a exclusivo critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim, em um efeito material adverso nos negócios da Emissora ou na capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (xxi) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (xxii) constituição de ônus, gravames, restrições ou garantia real sobre qualquer dos ativos da Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xxiii) alienação de ativos operacionais, que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: (a) investimentos na atividade produtiva da Emissora; (b) substituição de bens antigos



por outros novos com a mesma finalidade; ou (c) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado levando-se em conta o ativo da Emissora no exercício social anterior à alienação; e

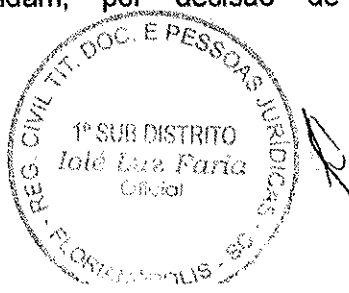
(xxiv) alteração adversa do estado econômico-financeiro da Emissora ou da Fiadora, a critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para este fim.

6.1.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (ii), (iii), (v), (viii), (xi), (xii) e (xxi) do item 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas e de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.1.3. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento e observados os prazos de cura previstos nos respectivos subitens do item 6.1.1. acima sem que a Emissora reverta o Evento de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento: (i) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) comunicar a Emissora a respeito do referido Evento de Inadimplemento.

6.1.4. Caso, em sendo convocada a Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação, quorum para deliberação definido no item 6.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá: (i) declarar o Vencimento Antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures; e (ii) notificar a Emissora ("**Notificação de Vencimento Antecipado**") a fim de exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devidos e não pagos aos Debenturistas desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos moratórios, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão ("**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**").

6.1.5. Caso os Debenturistas, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário, decidam, por decisão de Debenturistas



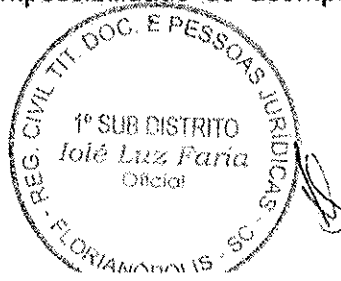
representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ("Quorum Qualificado"), pelo Vencimento Antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário terá até 2 (dois) Dias Úteis para enviar a Notificação de Vencimento Antecipado à Emissora, comunicando a Emissora dessa decisão. Na data em que a Emissora receber referida comunicação será considerado o Vencimento Antecipado das Debêntures e, a partir de tal data, a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para pagar os valores indicados no item anterior.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora

7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário: (a) qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis; e (b) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (ii) apresentar ao Debenturista, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados a esta Escritura de Emissão;
- (iii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: (a) cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (b) memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos índices financeiros previstos na alínea (x) do item 6.1.1, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento



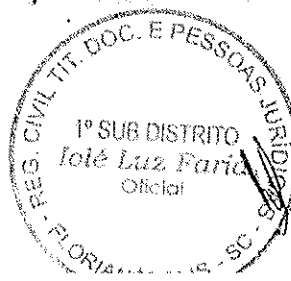
dos respectivos Índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração assinada por representante legal da Emissora atestando a legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade dos Índices financeiros encaminhados, bem como atestando o integral cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;

- (iv) apresentar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal da Emissora e da Fiadora que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (v) fornecer aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em 5 (cinco) Dias Úteis, todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;
- (vi) notificar o Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições, financeiras ou não, ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (vii) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (viii) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos relevantes e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não contrair empréstimos, financiamentos, operações de endividamento, emissão de quaisquer instrumentos de crédito para



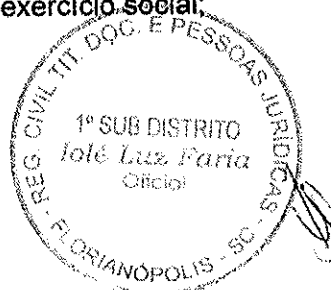
captação de recursos que façam com que a Emissora deixe de manter a relação estipulada na alínea (x) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;

- (xi) em caso de eventos que venham a caracterizar Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante de Emissão;
- (xiii) cumprir, em todos os aspectos substanciais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xiv) não praticar ato em desacordo com seu estatuto social, esta Escritura de Emissão ou outro instrumento relacionado à Emissão;
- (xv) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitado e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xvii) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (xviii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2.1 desta Escritura de Emissão;
- (xix) não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data desta Escritura de Emissão;
- (xx) não distribuir recursos aos acionistas da Emissora sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio acima de 30% (trinta por



cento) do lucro líquido ajustado, até o 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, exceto os dividendos mínimos obrigatórios por lei;

- (xxi) não votar, realizar ou permitir que seja votada ou realizada, por ocasião de qualquer alteração do estatuto social da Emissora, matérias que coloquem em risco a segurança do crédito dos Debenturistas;
- (xxii) manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) solicitar a autorização prévia dos Debenturistas para alterações societárias de qualquer natureza que impliquem a transferência, por qualquer das suas acionistas, de sua participação societária na Emissora;
- (xxiv) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (xxv) efetuar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, os quais sejam atribuídos à Emissora na forma da legislação em vigor, à época de tais pagamentos;
- (xxvi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxvii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (xxviii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (xxix) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- (xxx) manter os documentos mencionados no inciso (xxix) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (xxxi) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xxxii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário;
- (xxxiii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (xxxiv) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- (xxxv) contratar pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: (a) Standard & Poor's; (b) Fitch Ratings; ou (c) Moody's América Latina; para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures em até 60 (sessenta) dias da Data de Emissão, devendo, ainda, com relação a, pelo menos, uma agência de classificação de risco: (a) atualizar, anualmente, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, até a Data de Vencimento; (b) permitir, nos limites da regulamentação aplicável, que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data de recebimento pela Emissora; e (d) comunicar ao Agente Fiduciário, no Dia Útil subsequente, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da



classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (d.1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário a respeito, desde que tal agência de classificação de risco seja uma das três agências de classificação de risco mencionadas acima; ou (d.2) notificar no mesmo prazo previsto na alínea (d) deste item o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas definam a agência de classificação de risco substituta.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações

8.1.1. A Emissora e a Fiadora, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (i) é uma sociedade comercial devidamente organizada na forma de sociedade anônima, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e da Fiadora, conforme o caso, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral,



e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a Emissão foram devidamente autorizados pelos seus respectivos órgãos societários competentes e não infringem: (a) seu estatuto social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão e a Emissão não infringem qualquer: (a) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Fiadora ou qualquer de seus bens ou propriedades; (b) contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Fiadora sejam parte; ou (c) obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pela Fiadora, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (vii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e da Fiadora, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e da Fiadora, referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (viii) as informações financeiras da Emissora e da Fiadora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (ix) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;



- (x) a Emissora e a Fiadora não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xi) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais instrumentos relacionados à esta Emissão; e
- (xii) a Emissora observará as regras de Destinação dos Recursos da Emissão prevista nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Do Agente Fiduciário

9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Substituição

9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, dentro do qual deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.

9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (ii) do item 9.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de



mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESC, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item 3.7.1 desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.



9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

9.3. **Deveres**

9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (iv) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (v) acompanhar anualmente a manutenção da relação prevista na alínea (x) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão e imediatamente à ocorrência dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, informar os Debenturistas sobre qualquer descumprimento da referida relação ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (vi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vii) acompanhar o cálculo e a apuração da Remuneração e das Parcelas de Amortização, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (viii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Fiadora;
- (x) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado ao mesmo, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM (exceto pelas demonstrações financeiras previstas na alínea (iii) do item 7.1.1 acima, que deverão ser encaminhadas no prazo ali especificado). O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção



da relação explicitada na alínea (x) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;

- (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (g) pagamentos da Remuneração realizados no período.
- (xi) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório ou outro local previamente indicado;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada à Fiança;
- (xv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xvi) solicitar, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e à CETIP, e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à



divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;

- (xix) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xx) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xxi) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada; e
- (xxii) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu *website*.

9.4. **Atribuições Específicas**

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;

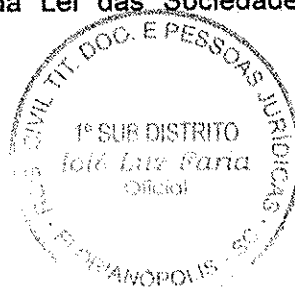


- (iv) cobrar o pagamento e o fiel cumprimento da Fiança, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (v) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão; e
- (vi) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii) e (iii) do item 9.4.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, por decisão tomada na Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações,



estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5. **Remuneração do Agente Fiduciário**

- 9.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.
- 9.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.5.1.
- 9.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.5. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6. **Despesas**

- 9.6.1. Todas as despesas em que o Agente Fiduciário tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Sempre que



possível, as referidas despesas deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento pela Emissora a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

9.6.4. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.6.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.6. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;



- (iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de haver apenas 1 (um) Debenturista, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio de comunicado ao Debenturista, na forma prevista no item 12.6 abaixo.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais.
- 10.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número



- 10.1.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.1.6. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, aprovar modificações nas condições das Debêntures.
- 10.1.7. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.1.8. Ressalvado o disposto no item 10.1.9 abaixo, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 10.1.9. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia de Debenturistas poderá, por deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas, aprovar modificações nas condições das Debêntures contidas nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula IV (Características da Emissão), Cláusula V (Características das Debêntures), Cláusula VI (Vencimento Antecipado), item 7.1.1 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais) e Cláusula X (Assembleia de Debenturistas).
- 10.1.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.
- 10.1.11. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda



convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

- 10.1.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA XI - DO ESCRITURADOR MANDATÁRIO E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

- 11.1. O Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário desta Emissão, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("Escriturador Mandatário").
- 11.2. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco liquidante de emissão da Emissão ("Banco Liquidante de Emissão").

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



12.2. Custos de Registro

12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.3. Irrevogabilidade

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens

12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

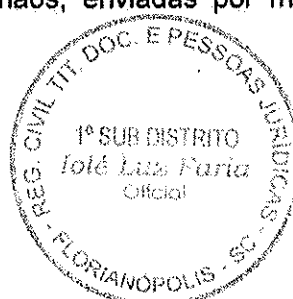
12.4.2. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. Título Executivo Extrajudicial

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro.

12.6. Publicidade e Comunicações

12.6.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou



registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(i) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ, 22640-102

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) /
Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: middle@pentagonotrustee.com.br /
backoffice@pentagonotrustee.com.br

(ii) Se para a Emissora:

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi
Florianópolis, SC, 88034-900

At.: José Carlos Oneda

Telefone: (48) 3231 6011

Fac-símile: (48) 3231 6019

e-mail: oneda@celesc.com.br

(iii) Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP, 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

(iv) Se para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
São Paulo, SP, 04538-132

At.: Sr. Luiz Petito



Telefone: (11) 2797 4441
Fac-simile: (11) 2797 3150
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Se para o Banco Liquidante de Emissão:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
São Paulo, SP 04344-902
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797 4441
Fac-simile: (11) 2797 3150
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(vi) Se para a Fiadora:

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC

Avenida Itamarati, nº 160, Bairro Itacorubi
Florianópolis, SC, 88034-900
At.: José Carlos Oneda
Telefone: (48) 3231 6011
Fac-simile: (48) 3231 6019
e-mail: oneda@celesc.com.br

12.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.6.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

12.7. Prorrogação dos Prazos

12.7.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de



cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

- 12.7.2. Considera-se "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.

12.8. **Cessão**

- 12.8.1. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação oriunda desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora.

12.9. **Verificação de Veracidade**

- 12.9.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.
- 12.9.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.
- 12.9.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



12.10. **Lei Aplicável**

12.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. **Eleição de Foro**

12.11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão oriunda desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Florianópolis, 9 de maio de 2013




Nome: Cleverson Siewert
Cargo: Diretor Presidente

Nome: José Carlos Oneda
Cargo: Diretor Econômico-Financeiro

na qual

Cleverson Siewert

Nome: Cleverson Siewert
Cargo: Diretor Presidente

Nome: 

Cargo: *José Carlos Oneda*
Diretor Econômico-Financeiro

6º OFICIO
REGISTRO DE
TÍTULOS E
DOCUMENTOS

VIA EXCEDENTE
O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data constantes à margem. O que certifica.

DOCUMENTOS

SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - 1ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 26122/024 - RJ
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 2ª SUBSTITUTO - CTPS Nº 25276/00015 - RN
MARCO ANDRÉ DE A. SABÓIA SANTOS - 2ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324178/001-0 - RJ
CLEIA DE ARAUJO BARRETO - 3ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324178/001-0 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro 20011-020 Tel: (21) 2233-7878 www.anti-f.com.br

60

OFÍCIO

REGISTRO DE

ESPALDO DE FISCALIZAÇÃO

RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RJ

Nº ORIGINAL

Nº

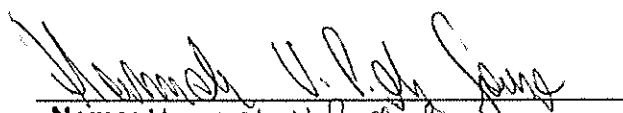
ESTADO

RUS53642

[Barcode]


- ↳ *Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Celesc Distribuição S.A., celebrada entre Celesc Distribuição S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas e Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na qualidade de Fiadora*

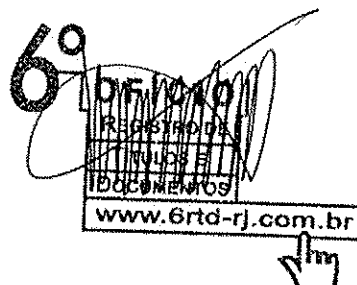
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas


Nome: Hannah V.P. de Souza
Cargo: Administradora

Testemunhas:

Rosana J.C. dos Santos
Nome:
RG: 3.674.281.


Nome: Zilau Sabino de Silva
RG: 3451309 SSP/SC



ANEXO I

DATAS DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

Nº da Parcela de Remuneração	Data de Pagamento da Remuneração
1ª parcela	15/11/2013
2ª parcela	15/05/2014
3ª parcela	15/11/2014
4ª parcela	15/05/2015
5ª parcela	15/11/2015
6ª parcela	15/05/2016
7ª parcela	15/11/2016
8ª parcela	15/05/2017
9ª parcela	15/11/2017
10ª parcela	15/05/2018
11ª parcela	15/11/2018
12ª parcela	15/05/2019



[Handwritten mark]



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

ANEXO II

DATAS DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO

Nº da Parcela de Amortização	Percentual de Amortização (%)	Data de Pagamento da Parcela de Amortização
1ª parcela	33,33	15/05/2017
2ª parcela	33,33	15/05/2018
3ª parcela	33,34	15/05/2019

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/05/2013 SOB Nº: ED001120001
Protocolo: 13/133752-1, DE 14/05/2013
Empresa: 42 3 0003075 9
CELESC DISTRIBUICAO S.A -

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

